

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA n. 8/2013

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O BANCO DO
BRASIL S.A.**

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF Sul, Quadra 6, Lote 1, Brasília-DF, CNPJ n. 00.488.478/0001-02, doravante denominado **TRIBUNAL**, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças, Senhor **ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade n. 278.660 SSP/DF, CPF n. 098.997.741-20, e, de outro lado, o **BANCO DO BRASIL S/A**, com sede no SBS Quadra 2, Bloco H, Brasília/DF, CNPJ n 00.000.000/0001-91, daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato representado por seu Gerente-Geral, o Senhor **JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade n. M-3307422 SSP/MG, CPF n. 698.959.966-91, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fulcro no art. 116 da Lei n. 8.666/1993 e na Resolução n. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo Tribunal, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

- I. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. **Proponente** – pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o **TRIBUNAL**.
- III. **Rubricas** – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **TRIBUNAL**.
- IV. **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** – cadastrada em nome dos **Proponentes** de cada **Contrato** firmado, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- V. **Usuário(s)** – servidor(es) do **TRIBUNAL**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo **TRIBUNAL**, bem como viabilizar o acesso do **TRIBUNAL** aos saldos e extratos das contas abertas.

- 1 Para cada **Contrato** será aberta uma conta em nome do **Proponente** do **Contrato**.
- 2 A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pelo **TRIBUNAL**, pagos aos **Proponentes** dos **Contratos** e será denominada **Conta**

Vinculada – bloqueada para movimentação.

3 A movimentação dos recursos na **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** será providenciada exclusivamente à ordem do **TRIBUNAL**.

4 Será facultada ao **TRIBUNAL** a movimentação de recursos da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** para a Conta Única do Tesouro Nacional/Estadual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos se darão conforme o fluxo operacional a seguir:

1º) **TRIBUNAL** firma o **Contrato** com os **Proponentes**.

2º) **TRIBUNAL** envia ao **BANCO** arquivo em meio magnético, em leiaute específico previamente acordado entre o **TRIBUNAL** e o **BANCO** para abertura de **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** em nome do **Proponente** que tiver **Contrato** firmado.

3º) **BANCO** recebe arquivo transmitido pelo **TRIBUNAL** e abre **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, em nome do **Proponente** para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências do **BANCO** no território nacional.

4º) **BANCO** envia ao **TRIBUNAL** arquivo retorno em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, aberta em nome do **Proponente**, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

5º) **TRIBUNAL**, excepcionalmente e quando não for possível o cadastramento da conta por meio dos sistemas do **BANCO**, envia Ofício, na forma do Anexo I do presente instrumento, à agência do **BANCO**, solicitando a abertura manual da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

6º) **BANCO** recebe o ofício do **TRIBUNAL** e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

7º) **TRIBUNAL** credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pelo **TRIBUNAL** na **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, mantida exclusivamente nas agências do **BANCO**, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pelo **TRIBUNAL** e pelo **BANCO**.

8º) **TRIBUNAL** solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

9º) **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira na **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** efetuada pelo **TRIBUNAL** confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento.

10º) **BANCO** disponibiliza ao **TRIBUNAL** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, após autorização expressa do **TRIBUNAL** para recebimento de chave senha de acesso a sistema eletrônico.

10.1 O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

10.1.1 O acesso às **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** pelo **TRIBUNAL** fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, formalizada pelos **Proponentes**, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência do **BANCO**.

10.1.2 Os recursos depositados na **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.

10.1.3 Eventual alteração da fórmula de cálculo da poupança implicará revisão deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Ao **TRIBUNAL** compete:

Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.

Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) servidores para os quais o **BANCO** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento setor público, com poderes somente para consultas aos saldos e extratos das **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

Designar, por portaria, dois servidores da Coordenadoria de Orçamento e Finanças – titular e suplente – para fiscalização do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de cooperação.

Remeter ao **BANCO** arquivos em leiaute específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando, excepcionalmente, o cadastramento de **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, em nome dos Proponentes.

Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

Comunicar aos Proponentes, na forma do Anexo VIII do presente instrumento, o cadastramento da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que o **TRIBUNAL** possa ter acesso aos saldos e extratos da conta, bem como solicitar movimentações financeiras.

Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Auto Atendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.

Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**.

Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**.

Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Auto Atendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha

de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Auto Atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Auto Atendimento.

Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Auto Atendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **TRIBUNAL**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao **BANCO** compete:

Disponibilizar os sistemas de Auto Atendimento ao **TRIBUNAL**.

Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Auto Atendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.

Informar ao **TRIBUNAL** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Auto Atendimento.

Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, a cadastramento de **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

Gerar e encaminhar, via sistema de Auto Atendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.

Informar ao **TRIBUNAL** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

(excluiu o item 5)

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei n. 9.648, de 1998.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do Superior Tribunal de Justiça será providenciada pelo **TRIBUNAL**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Brasília /DF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

_____/____, ____ de _____ de 2013

ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças
Superior Tribunal de Justiça

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

Gerente-Geral
Banco do Brasil

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

Ofício n. ____/____STJ

_____, ____ de _____ de 2013.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica STJ n. 8/2013, firmado com essa instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova abertura de **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado por este **TRIBUNAL**:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPJ do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo
ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

BANCO (LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ - ____, de ____/____/20__, informamos que o representante legal da empresa _____, (nome do empresa) inscrito no CNPJ sob o nº _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato de abertura de Conta para Depósitos Vinculados a Obrigações destinada a receber créditos, ao amparo da Resolução n. 169 do Conselho Nacional de Justiça, de 31 de janeiro de 2013, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato STJ n.____.

Ratificamos que, conforme Termo de Cooperação firmado com o Banco, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação do Órgão.

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Ao Senhor

Nome e cargo do representante do Tribunal

Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

Brasília (DF), _____

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta vinculada à empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, na Agência _____ do Banco do Brasil S.A, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Resolução n. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça:

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Evento de Garantia: _____

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Tribunal

Cidade/Município: _____

Ratificamos que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação firmado com o Banco, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação do Órgão.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

Ofício n. /20__ – ____

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ ____ da conta nº ____ da agência nº ____ de titularidade de _____, (nome do proponente), inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado por este **TRIBUNAL** e **CREDITAR** nas seguintes contas-correntes:

Banco	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1399 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 30 de Outubro de 2013. Publicação: Segunda-feira, 04 de Novembro de 2013

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

BANCO (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

(nome do representante do Tribunal)

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20__ – _____, de ____/____/20__,
informo a efetivação de **DÉBITO** na Conta Vinculada – bloqueada para movimentação
de nº _____ da agência nº _____ do BANCO e **CRÉDITO** nas seguintes
contas-correntes:

CREDITAR

Banco	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência do BANCO.

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ do BANCO _____

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na **Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação n. ____**, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado com o **TRIBUNAL**, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta



Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

Ofício nº ____/20__ – ____

_____, ____ de _____ de 20__

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Auto Atendimento desse BANCO, para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica n. 8/2013

Ofício nº ____/20__ – ____

_____, ____ de _____ de 20__

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo Tribunal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo o cadastramento da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____ do BANCO _____, em seu nome, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado entre essa empresa e este **Tribunal**.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo **Banco** e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, este **Tribunal** a ter acesso irrestrito aos saldos da referida conta, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do Tribunal ou do servidor previamente designado pelo
ordenador